



Divinópolis/MG, 27 de junho de 2026.

INFORMATIVO DIÁRIO

Informações consolidadas até às 20:30 de 27 de junho de 2026.

Segunda rodada conclui a leitura das propostas, mas o essencial segue pendente

Na manhã desta sexta-feira (26 de junho), na sede do SINTRAM, foi realizada a segunda rodada de discussões técnicas das Propostas de Aperfeiçoamento ao **Projeto de Lei Complementar nº 008/2026**. Dando continuidade aos trabalhos iniciados em 24 de junho, quando foram analisadas as dezoito primeiras propostas, as equipes apreciaram as de nº 19 a 27, concluindo a leitura de todo o conjunto apresentado pelos sindicatos. Como na primeira rodada, o consenso foi possível nos pontos de natureza redacional, sem repercussão financeira ou atuarial. Os temas estruturantes, que mais importam à vida de servidores, aposentados e pensionistas, como idade mínima, regras de transição, contribuição de aposentados que ganham abaixo do teto do INSS, cálculo dos benefícios e pensão por morte, permaneceram sem deliberação, à espera dos elementos técnicos necessários.

Uma reforma desta magnitude exige base técnica

A posição das entidades é clara e construtiva: não se trata de recusar o debate sobre a sustentabilidade do regime, mas de assegurar que toda mudança seja decidida com base em dados. Para que cada servidor compreenda o que está em jogo, vale recompor a sequência dos fatos. O PLC nº 008/2026 foi enviado à Câmara Municipal sem o estudo técnico e atuarial que deveria demonstrar o seu impacto sobre o regime, estudo solicitado formalmente pelos sindicatos desde 11 de junho. Diante da mobilização da categoria, a Prefeitura concedeu prazo até 30 de junho para a discussão das propostas e, em 22 de junho, recebeu o documento elaborado pelas entidades com as propostas defendidas pelos servidores e aposentados. Até o momento, contudo, não houve manifestação técnica do Executivo sobre o seu conteúdo, e os próprios cálculos, segundo anúncio oficial da Administração, só serão apresentados em 29 de junho.

Cabe registrar que os advogados previdenciários que assessoram as entidades têm reiterado esse alerta em todas as reuniões e manifestações. Reunião após reunião, os estudos financeiros e atuariais que sustentam o PLC nº 008/2026 e demonstram os seus impactos voltam a ser solicitados, sem que tenham sido apresentados. A ausência desses elementos impede que se conheça, com precisão, o real efeito da reforma sobre a vida dos servidores, o que torna temerária qualquer deliberação sobre o seu mérito.

A observação não é feita em tom de confronto, mas de responsabilidade. Uma reforma que altera idade mínima, contribuição e valor de benefícios de milhares de pessoas não deve ser decidida sem o estudo que mede exatamente esses efeitos. É por isso que os sindicatos defendem, de forma propositiva, que a negociação avance com seriedade, ou seja, com os dados sobre a mesa e com tempo suficiente para analisá-los. Essa é a condição para construir, em conjunto com o Poder



Executivo, um texto equilibrado, sustentável e juridicamente seguro, que proteja os direitos dos servidores sem descuidar do equilíbrio do regime.

Prefeitura acolhe o pedido e remarca a reunião final para 2 de julho

A sexta-feira trouxe um avanço que merece registro. Por meio do Ofício Gabinete da Prefeita nº 071/2026 (retificado), assinado às 16h36 e dirigido ao SINTRAM, ao SINTEMD e à assessoria jurídica Rodrigues e Guimarães, a prefeita Janete Aparecida Silva acolheu o pedido de dilação do prazo destinado à análise dos estudos técnicos atuariais que fundamentam a reforma. Com isso, a reunião final entre as partes, antes marcada para 30 de junho, foi remarcada para 2 de julho (quinta-feira), às 11h, no Gabinete da Prefeita. **O ofício reconhece, de forma expressa, que tais estudos ainda serão encaminhados às entidades, com previsão de entrega até 29 de junho.** A decisão é positiva e atende a um pleito sustentado desde a primeira reunião: é tecnicamente inviável deliberar sobre direitos previdenciários sem a prévia apresentação dos estudos que os fundamentam.

Merece destaque um ponto especialmente favorável à categoria: o próprio ofício estabelece que, na hipótese de o estudo atuarial não ser entregue até 29 de junho, será definida nova data para a reunião final. A previsão funciona como garantia de que nenhuma deliberação ocorrerá sem a documentação técnica indispensável. As entidades recebem o gesto com reconhecimento e com a expectativa de que ele se traduza em condições efetivas de análise, pois examinar estudos dessa complexidade em poucos dias exigirá dedicação de todos os envolvidos. Quanto à proposta de retirada e reapresentação de um novo projeto, construído a partir dos consensos firmados nas reuniões técnicas, a Administração informou que a deliberação caberá à prefeita, não havendo, até o momento, posição oficial sobre o tema.

Uma atuação técnica, cordial e construtiva

O acompanhamento técnico e jurídico das negociações tem sido conduzido pelo escritório Rodrigues e Guimarães, por meio dos advogados e professores de Direito Previdenciário André Rodrigues e Farlandes Guimarães, que participam de todas as etapas do processo, da análise das propostas ao exame dos cálculos e à construção das alternativas apresentadas ao Executivo. O trabalho tem se pautado pelo rigor técnico e, ao mesmo tempo, por uma postura cordial, respeitosa e colaborativa no trato com a equipe técnica da Prefeitura, com os servidores e com os vereadores. As entidades entendem que é justamente essa combinação, firmeza técnica somada à disposição permanente para o diálogo, que tem permitido conduzir um tema delicado sem rupturas, preservando o respeito institucional entre todos os envolvidos e mantendo abertas as pontes indispensáveis a um bom desfecho.

Devolutiva à categoria e mobilização em curso

Em cumprimento à deliberação da Assembleia de 18 de junho, que tornou obrigatória a realização de uma devolutiva após cada rodada de negociação, as entidades reuniram-se com a categoria para relatar o andamento dos trabalhos. Na ocasião, além do balanço das discussões, foram apresentadas as ações de mobilização que caminham ao lado da negociação técnica: a participação na audiência pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 25 de junho; a fixação de faixas em diversos



bairros, em apelo respeitoso pelo apoio dos vereadores; as visitas de base aos setores; e a articulação da categoria nas redes sociais. O conjunto dessas iniciativas reforça que a defesa da previdência se constrói, ao mesmo tempo, na mesa de negociação e na união dos servidores.

A avaliação das entidades

O SINTRAM e o SINTEMD avaliam positivamente o ambiente institucional construído nas duas primeiras rodadas, marcadas pelo respeito entre as partes, pela qualidade do diálogo e pela disposição de construir soluções consensuais, o que já permitiu avanços nos aperfeiçoamentos redacionais. As entidades ressaltam, porém, que o avanço sobre os temas estruturantes permanece condicionado à apresentação dos estudos técnicos e atuariais que fundamentam o PLC nº 008/2026 e à existência de prazo adequado para analisá-los. Somente com informação técnica completa será possível avaliar impactos, construir consensos qualificados e consolidar um texto equilibrado, juridicamente seguro e socialmente responsável, compatível com a sustentabilidade do regime e com a preservação dos direitos de ativos, aposentados e pensionistas.

Próximos passos

- **Segunda-feira, 29 de junho:** data prevista no Ofício nº 071/2026 para a entrega do estudo técnico atuarial; eventual nova rodada de negociação, ainda a confirmar.
- **Terça-feira, 30 de junho, às 18h30:** Assembleia Geral da Categoria, no Auditório do Instituto Nossa Senhora do Sagrado Coração (Rua Rio de Janeiro, nº 610, Centro). Pauta: informes e avaliação das negociações, deliberação sobre os próximos encaminhamentos e votação sobre a deflagração de greve.
- **Quinta-feira, 2 de julho, às 11h:** reunião final entre as partes, no Gabinete da Prefeita. Caso o estudo atuarial não seja entregue até 29 de junho, a data poderá ser remarcada, conforme prevê o próprio Ofício nº 071/2026.

Compromisso com a transparência, com o diálogo e com a união

O SINTRAM e o SINTEMD reafirmam o compromisso de manter toda a categoria permanentemente informada sobre o andamento das negociações, fiéis aos princípios da transparência, do diálogo institucional, da boa-fé, da participação democrática e da defesa técnica dos interesses dos servidores municipais. As entidades reiteram, ainda, sua disposição permanente para o diálogo com o Poder Executivo e com a Câmara Municipal, convictas de que a melhor reforma é aquela construída com responsabilidade, técnica e participação. Pedem, por fim, a colaboração de todos para que os canais de comunicação permaneçam espaços de informação, respeito e união, pois é a coesão da categoria que dá força à negociação. A presença de cada servidor na Assembleia de 30 de junho será decisiva.

SINTRAM – Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste

SINTEMD – Sindicato dos Trabalhadores da Educação Municipal de Divinópolis



OFÍCIO GABINETE DA PREFEITA Nº 071/2026 - Retificado

Divinópolis, junho de 2026

Ao

SINTRAM – Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste de Minas

Ao

SINTEMD – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Municipal de Divinópolis

À

Rodrigues e Guimarães Advocacia

Prezados Senhores,

Cumprimentando-os cordialmente, considerando a solicitação apresentada pelas entidades sindicais e por sua assessoria jurídica, informamos que o Poder Executivo, por intermédio de sua Prefeita Municipal, acolhe o pedido de dilação do prazo destinado à análise dos estudos técnicos atuariais que fundamentam a proposta de Reforma da Previdência Municipal, os quais ainda serão encaminhados aos respectivos representantes.

Nesse contexto, fica estabelecido que a reunião final entre as partes envolvidas, anteriormente agendada para 30/06/2026, será realizada **em 02/07/2026 (quinta-feira) às 11h00**, no Gabinete da Prefeita, de modo a assegurar tempo hábil para a apreciação integral de toda a documentação técnica pelas entidades representativas dos servidores e por seus assessores.

A decisão reflete o compromisso da Administração Municipal com a transparência, o diálogo institucional e a construção de soluções pautadas pela boa-fé e pelo respeito às representações dos servidores públicos, possibilitando que o debate ocorra com base em informações completas e devidamente analisadas.

Ressalte-se que o estudo técnico atuarial em questão tem previsão de entrega até o dia 29/06/2026 (segunda-feira). Em caso de eventual não cumprimento do prazo indicado, será oportunamente definida nova data para a realização da reunião, a qual será comunicada por meio de nova comunicação oficial.

Renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

(assinado digitalmente)

Janete Aparecida Silva
Prefeita Municipal

Assinantes



Janete Aparecida Silva

Assinou em 26/06/2026 às 16:36:29 com Certificado Digital.

Eu, Janete Aparecida Silva, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador.betha.cloud** e insira o código abaixo:

5X8-5RL-Z9N-MYL